



Universidade de São Paulo
Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária
Proposta das Atividades de Formação Profissional,
Educação Continuada e Curso de Difusão

Caracterização Acadêmica

1. Promoção

Unidade(s)/Órgão(s)/Núcleo(s) USP: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto

Departamento*/Centro: Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas

Instituição(ões) Co-Participante(s):

* No caso de Unidades de Ensino

2. Título: Reconhecimento, tolerância e direito.

Curso: 89.04.00050

Edição: 23.001

Oferecimento: 1 - Período: 19/02/2024 a 30/03/2024

Processo: 24.1.00012.89.6

3. Natureza da Educação Continuada: Difusão

4. Forma: Presencial

5. Área Temática*: Direitos Humanos

Linha de Extensão: Direitos individuais e coletivos

Área de Conhecimento: Direitos Especiais

* Observe tabela

6. Informações de Cursos à Distância*

* No caso de Ensino à Distância

7. Público Alvo

Pré-requisito Graduado: Não

Alunos de graduação, pós-graduação e público externo.

8. Coordenador / Responsável Institucional



Nuno Manuel Morgadinho
dos Santos Coelho

Regime de Trabalho: RTC

Unidade: FDRP

Forma de Exercício: Atividade
não remunerada

Carga horária semanal
dedicada ao curso: 2:00h

Possui vínculo empregatício em outra
instituição pública? Não

9. Vice-Coordenador / Coordenador Técnico

10. Professor USP e Professor Colaborador



Nuno Manuel Morgadinho

Regime de Trabalho: RTC

Unidade: FDRP

11. Especialista

 [Baixar currículos anexados no sistema](#)

 Ana Margarida Simões Gaudêncio

Da carga horária ministrada (item 17), indicar a porcentagem que corresponde a cada um dos professores. Professores não pertencentes ao quadro docente da USP devem ter seus currículos anexados. (Professores fora da USP ou Especialistas Convidados)

12. Nome do monitor participante

13. Nome do servidor não-docente participante / Apoio

*Justificativa e aprovação da chefia imediata

14. Justificativa do Curso

Divulgar conhecimentos através da propositura de uma reflexão crítica sobre o sentido do direito em múltiplas alternativas: normativismo, funcionalismo, jurisprudencialismo.

15. Objetivo

Expor e discutir a atual multiplicidade de perspectivas da fundamentação do direito e do pensamento jurídico perante a crescente heterogeneidade e complexidade da intersubjectividade juridicamente relevante.

16. Programa completo, com ementas e referência bibliográfica atualizada

Reconhecimento, tolerância e direito

Dia da semana Período

Segunda-feira 09:00 às 12:00
Terça-feira 09:00 às 12:00
Quarta-feira 09:00 às 12:00
Quinta-feira 09:00 às 12:00
Sexta-feira 09:00 às 12:00

Carga Horária Ministrada

Aulas Teóricas em Sala de Aula: 15:00h
Aulas Práticas ou de Campo: 0h
Seminários: 0h
Atividades à Distância
(ministradas e/ou supervisionadas): 0h
Total Ministrado: 15:00h

Carga Horária Não Ministrada

Atividades não Supervisionadas: 15:00h
Total não Ministrado: 15:00h

Carga Horária Total da Disciplina: 30:00h

Detalhamento:

OBJECTIVOS:

Este curso procura expor e discutir a actual multiplicidade de perspectivas da fundamentação do direito e do pensamento jurídico perante a crescente heterogeneidade

e complexidade da intersubjectividade juridicamente relevante. Reflectindo sobre pluralismo e diversidade como pontos de partida para a intersubjectividade, problematiza-se o sentido e a construção da igualdade e do reconhecimento da(s) diferença(s), e, assim, das consequentes rejeição, tolerância e/ou aceitação. Posicionando tais problemas no contexto das fronteiras da juridicidade, propõe-se uma reflexão metanormativamente crítica sobre o sentido do direito em múltiplas alternativas – normativismo(s), funcionalismo(s), jurisprudencialismo(s)... –, tendo também em vista a respectiva projecção práctico-normativa em diversas áreas dogmáticas do direito.

SUMÁRIO:

1. Diversidade(s) e/ou pluralismo(s)

1.1. A (im)possível fundamentação absoluta da praxis em horizonte de pluralismo(s)(?)

1.2. Diversidade e/ou indeterminação(?): a relevância da igualdade e da diferença na construção da intersubjectividade

2. Diversidade, reconhecimento e tolerância, entre igualdade e diferença – ética, moral, política, juridicidade...

2.1. Projecções exemplares do paradigma moderno-iluminista da tolerância – da construção política de uma “tolerância liberal” às tentativas da sua superação: entre neutralidade e tolerância no núcleo da categoria *societas*...

2.1.1. Propostas modelarmente procedimentais da categoria tolerância (John Rawls, Jürgen Habermas)

2.1.2. Propostas (ainda liberais) de correcção materializante da concepção liberal-procedimental da categoria tolerância (Joseph Raz, Ronald Dworkin, David Fagelson, Andrew Fiala, Anna Elisabetta Galeotti)

2.2. Caminhos alternativos à procedimentalização da categoria tolerância, entre *societas* e *communitas* (Michael Walzer, Amartya Sen, Martha Nussbaum, Alasdair MacIntyre)

2.3. A acentuação fundadora da alteridade, em alternativa à possibilidade da tolerância: da hospitalidade ao reconhecimento (Herbert Marcuse, Emmanuel Lévinas, Jacques Derrida, Axel Honneth, Nancy Fraser)

2

2.4. Do reconhecimento à tolerância e da tolerância ao reconhecimento – as pressuposições axiológicas da renúncia à reacção negativa e da aceitação (Arthur Kaufmann, Anna Elisabetta Galeotti, Axel Honneth, Rainer Forst)

2.5. Para uma perspectiva normativamente substancial da categoria de inteligibilidade tolerância, além e aquém do reconhecimento

2.5.1. construção/conteúdo da categoria de inteligibilidade tolerância

2.5.2. sentido de densificação normativamente substancial da categoria tolerância

2.5.2.1. sujeitos

2.5.2.2. objecto(s)

2.5.2.3. elementos constitutivos/condições de possibilidade da categoria de inteligibilidade tolerância

3. Reconhecimento, tolerância e direito, entre narratividade e normatividade

3.1. a pressuposição da narrativa como categoria cultural

3.2. a pressuposição da normatividade como característica de um sentido materialmente autónomo do direito (A. Castanheira Neves)

3.3. a juridicidade e a categoria (a exigência de) tolerância, a juridicidade da categoria (da exigência de) tolerância

4. O intervalo da tolerância, na fronteira entre juridicidade e ajuridicidade...: a tolerância como exigência normativa fundamentante, extrajurídica ou jurídica – o princípio da tolerância

4.1. A índole normativa do princípio da tolerância: efectivo princípio normativo(?)

4.2. o princípio da tolerância enquanto fundamento de definição positiva e/ou negativa de relevância jurídica

4.2.1. o princípio da tolerância enquanto fundamento de determinação de (ir)relevância jurídica

4.2.2. Pertinência da remissão para o “espaço livre de direito”

4.2.3. Exemplar relevância normativamente prática de um princípio da tolerância, entre delimitação de (ir)relevância jurídica e determinação jurídica de intolerância

4.3. A (im)possibilidade da convocação da categoria tolerância como critério no domínio jurídico

4.3.1. A tolerância enquanto critério para o exercício de direitos

4.3.2. A tolerância enquanto critério normativo legalmente positivado

5. Conclusão: reflexão metanormativamente crítica sobre reconhecimento e tolerância na construção do sentido do direito (normativismo(s), funcionalismo(s), jurisprudencialismo(s)...) e respectiva projecção práctico-normativa em diversas áreas dogmáticas do direito.

3

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL (por ordem alfabética):

Derrida, Jacques – *Adieu à Emmanuel Lévinas*, Paris, Galilée, 1997

Dworkin, Ronald – *Sovereign Virtue. The Theory and Practice of Equality*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 2000

Dworkin, Ronald – *Justice for Hedgehogs*, Harvard University Press, 2011

Fagelson, David – “Perfectionist Liberalism, Tolerance and American Law”, in *Res Publica*, vol. 8, n. 1, January 2002, p. 41-70

Fiala, Andrew – *Tolerance and the Ethical Life*, Continuum Studies in Philosophy, London, New York, 2005;

Forst, Rainer – “Toleration as a Virtue of Justice”, in *Philosophical Explorations*, vol. 4, n. 3, 2001, p. 193-206

Forst, Rainer – *Toleranz im Konflikt, Suhrkamp*, Frankfurt am Main, 2003

Forst, Rainer – “Noumenal Power”, in *The Journal of Political Philosophy*, vol. 23, n. 2, 2015, p. 111-127

Fraser, Nancy/Honneth, Axel – *Umverteilung oder Anerkennung? Eine politisch-philosophische Kontroverse*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2003 (textos de Nancy FRASER traduzidos

por Burkhardt WOLF), com versão inglesa Redistribution or Recognition? A PoliticalPhilosophical Exchange, London, New York, Verso,2003 (textos de Axel HONNETH traduzidos por Joel GOLB, James INGRAM e Christian WILKE)

Galeotti, Anna Elisabetta – Toleration as Recognition, Cambridge University Press, 2002

Gaudêncio, Ana Margarida – O intervalo da tolerância nas fronteiras da juridicidade: fundamentos e condições de possibilidade da projecção jurídica de uma (re)construção normativamente substancial da exigência de tolerância, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2019

Gaudêncio, Ana Margarida – “Merit, Value and Justification: Human Dignity Vis-à-Vis Legal (Inter)subjectivity—The Autonomy of Subjects Within the Autonomy of Law”, in José Manuel Aroso Linhares/Manuel Atienza (Ed.), Human Dignity and the Autonomy of Law, Springer International Publishing, 2022, 115-131

Habermas, Jürgen – “The European Nation State – its Achievements and its Limitations”, in Ratio Juris, vol. 9, n. 2, June 1996, p. 125-137 (vide também in Jürgen Habermas, Die Einbeziehung des Anderen. Studien zur politischen Theorie, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1996, com tradução em inglês, The Inclusion of the Other: Studies in Political Theory, 1998, MIT Press)

Habermas, Jürgen – “Wann müssen wir tolerant sein? Über die Konkurrenz von Weltbildern, Werten und Theorien”, Festvortrag zum Leibniztag der Berlin-Brandenburgischen Akademie der Wissenschaften am 29. Juni 2002, in Jahrbuch des BerlinBrandenburgischen Akademie der Wissenschaften – 2002, Akademie Verlag, Berlin, 2003, p. 167-178: <https://edoc.bbaw.de/frontdoor/index/index/docId/776>

Honneth, Axel – Kampf um Anerkennung. Zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1992, erweiterte Ausgabe, 2003

Honneth, Axel – Das Andere der Gerechtigkeit. Aufsätze zur praktischen Philosophie, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 2000

Honneth, Axel – Das Ich im Wir. Studien zur Anerkennungstheorie, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 2010

Honneth, Axel – Das Recht der Freiheit. Grundriß einer demokratischen Sittlichkeit, Suhrkamp, Berlin, 2011

Kaufmann, Arthur - Rechtsphilosophie, München, C. H. Beck, 1997, 15. «Die Lehre vom "rechtsfreien Raum"», p. 226-234; 20. «Das Prinzip Toleranz: Rechtsphilosophie in der pluralistischen Risikogesellschaft», p. 295-344 - V. «Das Prinzip Toleranz», p. 328-344 (tradução portuguesa Filosofia do Direito, tradução de António Ulisses Cortês, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 337-349, 437-509)

Levinas, Emmanuel – Altérité et transcendance, Montpellier, Fata Morgana, 1995 (Le Livre de Poche, 2010)

4

Linhares, José Manuel Aroso – “Jus Cosmopoliticum e Civilização de Direito: as “alternativas” da tolerância procedimental e da hospitalidade ética”, in Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, vol. LXXXII, 2006, p. 135-180

Linhares, José Manuel Aroso – “Validade comunitária e contextos de realização. Anotações em espelho sobre a concepção jurisprudencialista do sistema”, in Revista da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona do Porto, vol. 1, n.º 1, 2012: <http://revistas.ulsofona.pt/index.php/rfdulp/issue/current/showToc>

Linhares, José Manuel Aroso – “Na ‘coroa de fumo’ da teoria dos princípios: poderá um tratamento dos princípios como normas servir-nos de guia?”, in Fernando Alves Correia, Jónatas E. M. Machado, João Carlos Loureiro, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho, STVDIA IVRIDICA, 106, Ad Honorem – 6, Volume III – Direitos e interconstitucionalidade: entre dignidade e cosmopolitismo, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, p. 395-421

Linhares, José Manuel Aroso – “Jurisprudencialismo: uma resposta possível em tempo(s) de pluralidade e de diferença?” (2008), in Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho/António Sá da Silva (Org.), Teoria do Direito. Direito interrogado hoje – o Jurisprudencialismo: uma resposta possível? Estudos em homenagem ao Senhor Doutor António Castanheira Neves, Salvador, Juspodivm/Faculdade Baiana de Direito, 2012, p. 109-174

MacIntyre, Alasdair – After Virtue. A Study in Moral Theory, Notre Dame University Press, Notre Dame, 1981, 3rd . Ed., Bristol Classical Press, London, 2007

Marques, M. Reis – “A dignidade humana como prius axiomático”, in M. Costa Andrade et al. (Org.), Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor J. Figueiredo Dias, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, IV, 541-566

Neves, António Castanheira – “Pensar o direito num tempo de perplexidade”, in A. Silva Dias et al. (Org.), Liber Amicorum de José de Sousa e Brito, Coimbra, Almedina, 2009

Neves, António Castanheira – “O direito como validade”, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, vol. 34, n. 2, 2013, p. 39-76 (<http://www.revistadireito.ufc.br/index.php/revdir/article/view/98>) (vide também Revista de Legislação e de Jurisprudência, ano 143, n.º 3984, 2014, p. 154-175)

Neves, António Castanheira – “Uma reconstrução do sentido do direito – na sua autonomia, nos seus limites, nas suas alternativas”, in Revista da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona do Porto, vol. 1, n.º 1, 2012: <http://revistas.ulsofona.pt/index.php/rfdulp/issue/current/showToc>;

Nussbaum, Martha – Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership, Harvard University Press, 2006

Nussbaum, Martha – Creating Capabilities. The Human Development Approach, Harvard University Press, 2011

Rawls, John – Political Liberalism, Columbia University Press, 1993, Expanded Edition, 2005, Lecture IV. The Idea of an Overlapping Consensus, p. 131 ss.

Raz, Joseph – The Morality of Freedom, Oxford University Press, 1986, Part IV, “Freedom and Politics”, 15. “Freedom and Autonomy”, 1. “Pluralism and Intolerance”, p. 401 ss.

Walzer, Michael – On Toleration, Yale University Press, 1997

Wolff, Robert Paul/MOORE, Barrington/Marcuse, Herbert – A Critique of Pure Tolerance (Boston, Beacon Press, 1965), London, Jonathan Cape, 1969, com tradução alemã, Kritik der reinen Toleranz, tradução de Alfred Schmidt, 7. Auflage, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1970

Distribuição de Carga Horária**Carga(s) Horária(s)****Porcentagem****Reconhecimento, tolerância e direito**

(disciplina ministrada simultaneamente por dois ou mais ministrantes)

15:00h

100,00%

Ana Margarida Simões Gaudêncio

Período de atuação: 19/02/2024 a 30/03/2024

Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho

Período de atuação: 19/02/2024 a 30/03/2024

Carga Horária Ministrada do Curso: 15:00h**Professores USP e Colaboradores****Porcentagem**

Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho

50,00%

Total

50,00%

Especialistas**Porcentagem**

Ana Margarida Simões Gaudêncio

50,00%

Total

50,00%

Carga Horária Ministrada do Curso: 15:00h**Lista geral de ministrantes****Porcentagem**

Ana Margarida Simões Gaudêncio

50,00%

Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho

50,00%

Total

100,00%

17. Carga horária dos cursos presenciais

Aulas teóricas em sala de aula: 15:00h

Aulas práticas ou de campo:

Seminários:

Atividades à Distância
(ministradas e/ou supervisionadas):**Total Ministrado: 15:00h**

Outros: 15:00h

Especifique: Atividades não Supervisionadas

Total não Ministrado: 15:00h**TOTAL: 30:00h**

Duração: 41,00 dias

Informações, Inscrição, Seleção e Realização**18. Informações****Telefone(s) / Ramal(is):** (16)33150-111**Fax:****Contato:** Éder**E-mail:** ccexfdrp@usp.br

Internet: www.direitorp.usp.br

19. Inscrição

Período On-line: 22/01/2024 00:00 a 09/02/2024 23:59

Procedimento de Inscrição: Formulário online disponível no site www.direitorp.usp.br

Nº Máximo de Inscrições Válidas: não há limite

Permite inscrição em turmas: Não

20. Total de vagas oferecidas: 30 **21. N° mínimo de participantes para realização do curso:** 30

22. Critérios de Seleção

ordem de inscrição

Acesso Restrito: Não

23. Realização

Faculdade de Direito de Ribeirão Preto

Fora da USP: Não

Data de Início: 19/02/2024 **Término:** 30/03/2024

24. Curso: Gratuito

25. Política de Isenções

Não se aplica.

26. Critérios de aprovação

75% de Frequência e nota mínima 7 em atividade avaliativa

Carga Horária Mínima p/ Aprovação do Aluno (inclusive monografia): 22:30h

Caracterização Financeira

27. Proposta Financeira

Valor previsto de arrecadação:

Valor previsto de custos (com taxas de overhead):

Valor previsto para FUPPECEU-USP/Reitoria: 0,00

Preencher formulário próprio

Justificativas

28. Informação de reedição:

Não se aplica.

29. Justificativa de Convênio:

Não se aplica.

30. Justificativa de Especialistas Externos:

O curso será ministrado pela Profa. Dra. Ana Gaudencio, que lidera pesquisas importância no campo de estudos do curso, contribuindo para a internacionalização da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP, que é um dos objetivos perseguidos na realização deste curso.

Ana Margarida Simões Gaudêncio é Professora Auxiliar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Investigadora Integrada e Membro do Conselho Coordenador do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). É licenciada, mestre e doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. As suas principais áreas de docência e de investigação são Filosofia do Direito, Teoria do Direito e Metodologia do Direito, sobretudo nos seguintes temas: Pensamento Jurídico Contemporâneo; História do Pensamento Jurídico; Teorias Críticas do Direito - Critical Legal Studies e Postmodern Jurisprudences; Liberalismos/Comunitarismos; Ética, Moral e Direito; Tolerância e Direito; Direitos Humanos e Direito; Migrações e Direito; Inteligência Artificial e Direito. Tem participado em diversos colóquios nacionais e internacionais (Espanha, Itália, França, Suíça, Suécia, Polónia, Roménia, Brasil e Estados Unidos da América), apresentando comunicações sobre os temas referidos. Publicou duas monografias - Entre o centro e a periferia: a perspetiva ideológico-política da dogmática jurídica e da decisão judicial no Critical Legal Studies Movement, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013, e O intervalo da tolerância nas fronteiras da juridicidade: fundamentos e condições de possibilidade da projecção jurídica de uma (re)construção normativamente substancial da exigência de tolerância, Coimbra, Instituto Jurídico, 2019 -, e diversos artigos e capítulos de livros, em publicações nacionais e internacionais (<https://apps.uc.pt/mypage/faculty/anagaude>; <https://www.cienciavita.pt/portal/E51D6191-3DBF>; ORCID ID: 0000-0001-6398-6864).

Aprovação dos Colegiados

Data de aprovação do Coordenador do curso: 11/01/2024

Data de aprovação do Conselho do Departamento: 15/01/2024

Data de aprovação da Comissão de Cultura e Extensão: 17/01/2024

Emitido em 29/01/2024